



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000  
TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100  
www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO  
FLS. 02

## Projeto de Lei do Legislativo nº 85 /2025

Fica estabelecido, o programa de combate à Cristofobia na cidade de Registro.

A Câmara Municipal de Registro APROVA:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Registro, o Programa de Combate à Cristofobia, com o objetivo de garantir o respeito aos cristãos e de promoção a convivência pacífica entre as diversas crenças e religiões.

**Art. 2º** São diretrizes do Programa de Combate à Cristofobia:

- I. realizar ações educativas que promovam o respeito à fé cristã e combate à cristofobia.
- II. estabelecer parcerias com instituições governamentais, não governamentais e religiosas para a execução de ações de conscientização sobre o tema.
- III. promover eventos inter-religiosos que fomentem o diálogo, a tolerância e o respeito entre as diversas crenças.
- IV. criar canais de denúncia acessíveis para registros de casos de Cristofobia, garantindo atendimento especializado e acolhimento às vítimas.
- V. implementar medidas de formação continuada para profissionais da educação, saúde, segurança pública e assistência social, visando o respeito às diferentes manifestações religiosas, inclusive de combate a Cristofobia.

**Art. 3º** Fica terminantemente proibido o ataque à fé cristã, em suas diferentes formas, nos espaços públicos e privados de Registro, contra os cristãos, configurando assim Cristofobia e sujeitos a penas previstas na lei federal nº 7.716 de 1989.

**Art. 4º** Fica terminantemente proibida, campanhas e fantasias desrespeitosas aos cristãos, principalmente promovida pela máquina pública a exemplo de carnaval, festas e atividades culturais, como por exemplo: hostilizar Jesus Cristo em eventos e atividades culturais, fantasias de Freiras com conotação sensual e apelo sexual, sujeitos a penas previstas na lei federal nº 7.716 de 1989.

**Art. 5º** Fica permanentemente proibido ataques, de forma direta e indireta, implícito ou explícito, de forma verbal, escrita ou física aos símbolos religiosos cristãos no âmbito do município de Registro.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000  
TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100  
www.registro.sp.leg.br



**Art. 6º** Será proibida a contratação, por meio de verba pública, no âmbito da prefeitura de Registro, de artistas, pessoas físicas ou jurídicas, que sejam condenados judicialmente por crime de intolerância religiosa, notadamente cristofobia.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal poderá:

- I. criar um banco de dados para o registro e acompanhamento de Cristofobia no município.
- II. encomendar estudos e pesquisas para monitorar e analisar a incidência de cristofobia.
- III. desenvolver ações específicas que valorizem o respeito e proteção aos cristãos, com foco na proteção aos evangélicos e outras comunidades religiosas vulneráveis.
- IV. caberá ao Poder Municipal a regulamentação desta Lei, e seus modos de operacionalização.

**Art. 8º** Fica instituído que empresas, organizadores de festas, blocos de carnaval, camarotes e pessoas físicas devidamente identificadas que, comprovadamente, descumprirem qualquer dispositivo desta Lei estarão sujeitas à multa administrativa no valor de três salários mínimos.

Parágrafo único:

- I. o valor arrecadado com as multas será destinado exclusivamente para ações educativas e programas de conscientização previstos nesta Lei.
- II. em caso de reincidência, o valor da multa será dobrado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- III. a aplicação da multa será precedida de ampla defesa e contraditório, garantidos os direitos constitucionais aos autuados.

**Art. 9º** A Lei e os seus dispositivos, ficará na responsabilidade de ser executada pelo Poder Executivo e fiscalizado pelo Poder Legislativo, assim como outras necessidades suplementares, assim como seu aprimoramento.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”, 14 de Outubro de 2025

**ADIER PIRES**  
**VEREADOR PL**

PROTOCOLO N° 2981/ 2025





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000  
TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100  
www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO  
FLS. 09

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei busca enfrentar a crescente problemática da CRISTOFOBIA, com enfoque especial na proteção e respeito aos cristãos, que têm sido alvo de ataques e discriminação em diferentes esferas sociais.

Embora o Brasil possua um arcabouço jurídico que protege a liberdade religiosa, ainda há lacunas na promoção de campanhas que incluam todas as crenças de forma equitativa. A proposta visa corrigir essa desigualdade, ampliando as ações de conscientização para abranger os cristãos, assim como já ocorre com outras religiões, promovendo o equilíbrio e a justiça social.

A iniciativa visa reforçar os princípios constitucionais que garantem a liberdade de culto e crença, promovendo a convivência harmoniosa entre as diferentes tradições religiosas presentes em Registro.

## FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto de lei encontra respaldo nos princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 5º, incisos VI e VII, que asseguram a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Esses dispositivos consolidam a liberdade religiosa como um direito humano essencial, indispensável à promoção da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito, conforme preconizado no artigo 1º, inciso II, da Carta Magna.

Além disso, o projeto alinha-se ao compromisso do Brasil com os tratados internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (artigo 18), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 (artigo 18) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que reafirmam o direito de todos à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, bem como a proteção contra quaisquer formas de discriminação religiosa.

No plano infraconstitucional, o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 208, criminaliza expressamente a prática de atos que desrespeitem ou impeçam manifestações religiosas, prevendo pena para quem vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. De forma complementar, a Lei nº 7.716/1989 estabelece sanções para crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, ampliando o arcabouço legal de proteção às vítimas de intolerância religiosa.

Outro marco relevante é a Lei nº 13.260/2016, que trata do terrorismo, classificando como ato terrorista aqueles que atentam contra a liberdade religiosa e promovem perseguições contra determinados grupos por motivo de fé, crença ou culto. Essas normativas



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000  
TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100  
www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO  
FLS. 05

demonstram que a legislação brasileira reconhece a gravidade da intolerância religiosa e busca assegurar mecanismos de proteção e punição para combatê-la.

A proposta legislativa visa, portanto, suprir essas lacunas, promovendo a igualdade de tratamento entre as diversas tradições religiosas e reforçando o compromisso do Poder Público Municipal com o princípio da isonomia, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, que assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Ademais, a iniciativa reforça a competência legislativa municipal para legislar sobre questões de interesse local, conforme previsto no artigo 30, inciso 1, da Constituição Federal, incluindo o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a paz social e a convivência harmoniosa entre os diferentes grupos religiosos.

Portanto, a aprovação do presente projeto de lei se fundamenta no dever do Estado de assegurar a liberdade religiosa, combater todas as formas de discriminação, incluindo a cristofobia, e promover o respeito e a convivência pacífica entre as diversas crenças, garantindo assim o pleno exercício dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Por fim, o projeto reafirma o compromisso do Poder Legislativo Municipal com a dignidade humana, a paz e a pluralidade.